



CPI está prevista para começar hoje em meio a uma batalha entre Planalto e críticos da política conduzida pelo governo Bolsonaro. Juiz federal proíbe Renan Calheiros de assumir relatoria, mas presidente do Senado afirma que decisão é interferência

Chegou a hora de investigar a covid

» RENATO SOUZA
» LUIZ CALCAGNO

O Senado instala, às 10 horas de hoje, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar “ações e omissões” do governo federal em meio à pandemia de covid-19. A criação do colegiado, que ocorre por determinação do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), deve ter forte impacto político no Poder Executivo. Enquanto senadores se articulam para preencher os cargos da comissão, o Palácio do Planalto atua para tentar desviar o foco das diligências e ofuscar as atividades da CPI — com a finalidade de reduzir os prejuízos aos ocupantes da Esplanada.

A CPI tem potencial para causar sérios danos políticos ao presidente Jair Bolsonaro. O ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, será chamado para se explicar. A oitiva dele é vista como ponto chave para entender e provar os fatos que podem levar integrantes do governo a responder perante a opinião pública e as autoridades. O próprio general Pazuello pode ser arrolado como investigado, por conta da fidelidade que manteve às ordens do presidente enquanto ocupou o cargo.

Dentro do governo, a avaliação é de que Pazuello deve ser orientado e protegido. Mas essa proteção esbarra na criação de um escudo contra o próprio presidente da República, que deve usar o subordinado para reduzir sua responsabilidade diante dos fatos investigados.

Na sessão de hoje, serão definidos o presidente e o relator da CPI. Estão na disputa para o comando do grupo os senadores Eduardo Girão (Podemos-CE) e Omar Aziz (PSD-AM). As inscrições podem ser realizadas na hora da sessão, que será semipresencial.

Ataque a Calheiros

Existe um acordo para que o senador Renan Calheiros (MDB-AL) seja escolhido relator caso Aziz assumira a presidência da CPI. Calheiros é crítico do governo Bolsonaro. Por essa razão, desde a semana passada, os aliados do Planalto receberam a missão de minar a participação de Calheiros na CPI.

Ontem, uma liminar expedida pelo juiz Charles Renald Frázio, da 2ª Vara Federal de Brasília, impediu Calheiros de assumir a relatoria da CPI. A Justiça atendeu pedido da deputada federal Carla Zambelli, apoiadora do presidente Jair Bolsonaro.

Na petição, Zambelli afirma que Renan é alvo de “apurações e processos determinados pelo



Supremo Tribunal Federal, envolvendo fatos relativos a improbidade administrativa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro, o que compromete a esperada imparcialidade que se pretende de um relator”. A tendência é de que a decisão seja revertida antes da instalação da CPI.

No despacho, o juiz Charles Renald determina que o presidente do Senado não submeta o nome de Renan Calheiros na “votação para a composição da CPI da Covid-19 na condição de relator”. No entanto o relator da CPI não é votado; ele é escolhido pelo presidente do colegiado.

A reação do Senado veio à noite. Em nota, o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou que a escolha do relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) cabe ao presidente da Comissão. A resposta sinaliza que ele deverá ignorar a decisão liminar proferida pelo juiz.

Pacheco ainda criticou a interferência de outros poderes na questão e destacou que “a Constituição impõe a observância da harmonia e independência entre

Pedro França/Agência Senado



Senado Federal será palco do inevitável embate político em que se tornará a CPI: governo tenta na Justiça e no Congresso se defender das acusações

Duelo no Senado

Pontos que a CPI investigará

- » Propagandar tratamento sem eficácia comprovada contra o covid-19;
- » Colocar um militar sem conhecimento técnico no ministério da Saúde;
- » Atraso na compra de vacinas para imunizar a população;
- » Falta de kit intubação para as UTIs de hospitais públicos;
- » Falta de resposta antecipada à crise do oxigênio em Manaus (AM).

Reações do governo contra a CPI

- » Entrar na Justiça para evitar a indicação de Renan Calheiros para relator;
- » Tentar ampliar o escopo da CPI com investigações contra governadores e prefeitos;
- » Pressionar a PGR para investigar governadores;
- » Mobilização de aliados contra Renan Calheiros;
- » Tentativa de intimidar o Senado e o Supremo Tribunal Federal.

os poderes”. “A escolha de um relator cabe ao presidente da CPI, por seus próprios critérios. Trata-se de questão interna corporis do Parlamento, que não admite interferência de um juiz”, escreveu.

Renan reagiu nas redes so-

ciais. “A decisão é uma interferência indevida que subtrai a liberdade de atuação do Senado. A CPI é investigação constitucional do Poder Legislativo e não uma atividade jurisdicional. Nada tem a ver com Justiça de primeira ins-

tância. Não há precedente na história do Brasil de medida tão estrúxula como essa”, argumentou.

Os ataques do governo não ficaram apenas no Judiciário. Ontem, o presidente Jair Bolsonaro acusou governadores e prefeitos de violarem direitos fundamentais ao adotarem medidas restritivas contra a pandemia. “É inconcebível os direitos que alguns governadores tiveram por parte do Supremo Tribunal Federal (STF). Nem (com) estado de sítio isso aconteceria no Brasil. Não estiquem a corda mais do que está esticada”, disse o chefe do Executivo.

Enquanto Bolsonaro atacava governadores, em uma lista enviada aos ministérios, a Casa Civil da Presidência da República elencou uma série de 23 eventuais crimes, omissões e críticas que podem ser imputadas ao governo por parte dos integrantes da CPI. O governo alega que são

acusações “mentirosas” que têm como motivação “desacreditar” o Executivo.

O presidente da 1ª sessão da CPI do Covid-19, senador Otto Alencar (PSD-BA), avalia que o envio da lista não se justifica, pois as ações questionadas ocorreram publicamente. “As perguntas que o governo fez aos ministros, acho que era uma coisa totalmente desnecessária. Isso foi público. Os ministros vão responder o que fizeram. Mas as determinações fluem do presidente. O próprio (Marcelo) Queiroga disse que a política parte do presidente. Pazuello disse que um manda, o outro obedece. É muito óbvio”, avaliou Alencar. Apesar disso, Otto Alencar lembra que, por força de lei, não há como convocar Bolsonaro para depor. (Colaboraram Ingrid Soares e Augusto Fernandes)

Pazuello, o alvo vulnerável do governo

Às vésperas da abertura da CPI da Covid, o presidente da República decidiu fazer afagos a quem é um alvo certo das investigações: o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello. A frente da pasta, o general seguiu à risca a política negacionista de Bolsonaro no combate ao vírus. Em uma das ações, o militar defendeu o tratamento ineficaz com cloroquina e ivermectina, o que os dois antecessores, o ex-deputado Luiz Henrique Mandetta (DEM) e o oncologista Nelson Teich se recusaram. Pazuello também foi incapaz de antecipar a compra de imunizantes para a população — chegou a ser impedido pelo chefe de comprar um lote da CoronaVac, vacina produzida pelo Butantan e a mais utilizada no país.

Jair Bolsonaro precisa garantir a fidelidade do general para controlar os possíveis danos políticos que a CPI virá a causar. Na última sexta, por exemplo, o presidente falou bem de Pazuello em duas situações. Na entrega de cestas básicas do Programa Brasil Fraterno, em Belém (PA), disse que o

ex-ministro “fez o dever de casa”, por não firmar a compra adiantada das vacinas, que ainda teriam que passar pela Anvisa. Depois, no mesmo dia, na cerimônia de inauguração do Centro de Convenções do Amazonas, o mandatário voltou a elogiar-lo. “Conseguimos, com a equipe que temos em Brasília, colaborar e muito para que os danos dessa pandemia fossem diminuídos. Em especial, pelo Ministro da Saúde que teve até pouco tempo, o senhor Pazuello”, disse.

Os elogios, por si só contraditórios — se Pazuello fosse tão competente, por que demiti-lo? —, não são unânimes nem entre colaboradores próximos do presidente da República. Em entrevista à *Veja*, o ex-chefe da Secretaria Especial de Comunicação da Presidência Fábio Wajngarten disse que os erros cometidos pelo governo no combate ao coronavírus seriam responsabilidade apenas do militar, que teria informado mal o presidente da República.

Analista político do portal Inteligência Política, Melillo Dinis, disse que Pazuello é o persona-

Reprodução/CB/D.A Press



Pazuello sem máscara em shopping de Manaus: constrangimento

gem que deixa o governo em posição extremamente vulnerável na CPI. Ele inclui no fator Pazuello, por exemplo, o esforço da Casa Civil em rebater 23 possíveis acusações contra o governo federal. Para o especialista, se Pazuello falar, colocará em xeque a estratégia de Bolsonaro no combate ao covid-19. E se não falar,

irá referendar as acusações levantadas pelo próprio governo. “Pazuello é um homem bomba atômica”, avalia Dinis.

Parlamentares já debatem uma possível acareação entre Wajngarten e Pazuello. O requerimento terá de passar pela aprovação do plenário após a aprovação do convite ou convocação de ca-

da um, o que só ocorrerá após a definição do presidente, vice e do relator da CPI.

Para o senador petista Humberto Costa (PE), Wajngarten tentou terceirizar a responsabilidade de Bolsonaro. “Resta saber se Pazuello vai aceitar essa posição do ‘incompetente’ e do ‘irresponsável’”, provocou. “Acho que o governo está com medo, ou Bolsonaro não estaria atacando governadores, integrantes da CPI, jogando as redes contra os senadores. Mas já apanhamos tanto, isso não vai atrapalhar o trabalho”, lembrou Costa.

Sem máscara

Fora do ministério da Saúde, mas ainda no governo federal, Eduardo Pazuello segue provocando controvérsia. No fim de semana, ele foi flagrado em um shopping em Manaus sem máscara. Questionado sobre a ausência do equipamento de proteção, o ex-ministro teria dito. “Pois é. Tem que comprar, né? Sabe onde tem para vender?”

Por meio de nota, o Manaua-

ra Shopping confirmou o passeio desprotegido do ex-ministro da Saúde. “O Manauara Shopping informa que o ex-ministro Pazuello ingressou no estabelecimento sem máscara, mas com a orientação de se dirigir a um quiosque próximo para adquirir a de imediato”, afirma o texto.

Em nota, a assessoria de Pazuello informou que o ex-ministro entrou no shopping sem máscara porque o item que utilizava, descartável, ficou inutilizado. Segundo a assessoria, o ex-ministro pediu para entrar no estabelecimento comercial para que pudesse adquirir uma nova. Ele teria andado cinco metros da entrada ao quiosque onde efetuou a compra. “Pazuello pede desculpas públicas pelo ocorrido e disse que o correto era ter voltado e não ter entrado no shopping, mesmo estando em perfeito estado de saúde. Recomenda ainda que todos continuem a fiscalizar qualquer pessoa que esteja sem máscara, só assim protegeremos uns aos outros”, completou o texto. (LC e RS)